

Boa Vista Serviços S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referente ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Boa Vista Serviços S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de março de 2014



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Délio Rocha Leite
Contador
CRC nº 1 SP 189302/O-8

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.476	5.735	Fornecedores	9	28.633	21.762
Contas a receber	5	57.137	54.388	Empréstimos	10	20.142	-
Partes relacionadas	13	1.740	436	Arrendamento mercantil financeiro	11	3.802	1.696
Impostos a recuperar		3.804	1.061	Repasse a pagar		1.537	1.519
Outros ativos		<u>2.088</u>	<u>1.578</u>	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	12	21.215	21.847
Total do ativo circulante		<u>70.245</u>	<u>63.198</u>	Impostos a recolher		5.905	6.035
				Partes relacionadas	13	14.588	3.901
NÃO CIRCULANTE				Adiantamentos de clientes		7.607	5.225
Depósitos judiciais		350	25	Dividendos a pagar	15.e)	-	4.823
Tributos diferidos	16	9.276	4.769	Contas a pagar - aquisições	1.2	134	121
Imobilizado	6	28.109	18.330	Outras contas a pagar		<u>93</u>	<u>131</u>
Intangível	7	330.745	306.281	Total do passivo circulante		<u>103.656</u>	<u>67.060</u>
Investimentos	8	721	749				
Outros ativos		<u>838</u>	<u>838</u>	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>370.039</u>	<u>330.992</u>	Partes relacionadas	13	1.398	2.796
				Arrendamento mercantil financeiro	11	9.334	710
				Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	14	7.777	1.211
				Contas a pagar - aquisições	1.2	<u>402</u>	<u>478</u>
				Total do passivo não circulante		<u>18.911</u>	<u>5.195</u>
				TOTAL DO PASSIVO		<u>122.567</u>	<u>72.255</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15.a)	142.127	142.127
				Reservas de capital	15.c)	136.331	136.331
				Reservas de capital - plano de opção com base em ações		3.941	1.706
				Reservas de lucros - legal	15.d)	2.329	2.329
				Reservas de lucros - lucros retidos	15.d)	<u>32.989</u>	<u>39.442</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>317.717</u>	<u>321.935</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>440.284</u>	<u>394.190</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>440.284</u>	<u>394.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota	31.12.2013	31.12.2012
	<u>explicativa</u>		
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	17	412.294	390.555
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(168.013)	(143.801)
LUCRO BRUTO		<u>244.281</u>	<u>246.754</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Com vendas	18	(29.340)	(10.964)
Gerais e administrativas	18	(53.648)	(41.301)
Com pessoal	18	(127.476)	(121.551)
Serviços de terceiros	18	(45.920)	(40.678)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	201	(929)
Resultado de equivalência patrimonial	18	<u>(28)</u>	<u>(6)</u>
Total de despesas operacionais		(256.211)	(215.429)
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(11.930)</u>	<u>31.325</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	887	949
Despesas financeiras	19	<u>(4.739)</u>	<u>(1.482)</u>
		(3.852)	(533)
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(15.782)</u>	<u>30.792</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	16	-	(9.369)
Diferidos	16	<u>4.506</u>	<u>(1.115)</u>
		4.506	(10.484)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(11.276)</u>	<u>20.308</u>
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	20	(95,85)	172,62
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	20	(95,22)	171,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.276)	20.308
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(11.276)</u>	<u>20.308</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total	
		Capital social	Bônus de subscrição	Ágio e valor justo de combinação de negócios	Plano de opção com base em ações	Reserva legal	Retenção de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		142.127	1	136.330	-	1.314	24.014	-	303.786
Plano de opção com base em ações		-	-	-	1.706	-	-	-	1.706
Estorno de dividendo mínimo obrigatório	15.e)	-	-	-	-	-	958	-	958
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	20.308	20.308
Destinação do lucro:									
Reserva legal	15.d)	-	-	-	-	1.015	-	(1.015)	-
Dividendo mínimo obrigatório	15.e)	-	-	-	-	-	-	(4.823)	(4.823)
Retenção de lucros	15.d)	-	-	-	-	-	14.470	(14.470)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		142.127	1	136.330	1.706	2.329	39.442	-	321.935
Plano de opção com base em ações	24	-	-	-	2.235	-	-	-	2.235
Estorno de dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	4.823	-	4.823
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(11.276)	(11.276)
Utilização da reserva de retenção de lucros para compensar prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	(11.276)	11.276	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		142.127	1	136.330	3.941	2.329	32.989	-	317.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.782)	30.792
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	77.319	65.202
Despesas financeiras sobre empréstimos, arrendamentos e mútos a pagar	1.736	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.050	4.454
Provisões para perdas cíveis	8.596	477
Baixa do ativo imobilizado e intangível	276	191
Plano de opções em ações	2.235	1.706
Programa de Participação nos Resultados - PPR	5.950	10.382
Resultado de equivalência patrimonial	28	6
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(5.799)	(9.112)
Partes relacionadas	(1.304)	2.038
Impostos a recuperar	(2.743)	740
Outros ativos	(835)	114
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	6.871	2.375
Repasses a pagar	18	(131)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	(6.582)	(4.919)
Impostos a recolher	(130)	1.156
Partes relacionadas	(378)	(2.682)
Outras contas a pagar	2.280	717
Provisão para perdas cíveis (pagamentos)	<u>(2.030)</u>	<u>(912)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	72.776	102.594
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.218)
Juros pagos	<u>(1.346)</u>	<u>(133)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>71.430</u>	<u>92.243</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de intangíveis e imobilizado	(97.712)	(93.593)
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida	-	(255)
Aquisição de investimentos	<u>-</u>	<u>(121)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(97.712)</u>	<u>(93.969)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimo - variação líquida	20.818	(2.154)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	(3.397)	(546)
Mútuo com partes relacionadas	8.602	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	<u>26.023</u>	<u>(2.700)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(259)</u>	<u>(4.426)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.735	10.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.476	5.735
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(259)</u>	<u>(4.426)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Boa Vista, 51- 5º. andar, cidade de São Paulo, foi fundada em 4 de março de 2010 e iniciou suas operações em 1º de novembro de 2010 com o propósito de negócios e atividades de: (a) prestação de serviços em geral para suporte à atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas; (b) desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral, incluindo a mercadologia, o comportamento de consumidores ou quaisquer outras soluções comerciais originadas do banco de dados, do “know-how” e da capacidade de distribuição, bem como quaisquer produtos, serviços e soluções oferecidos por concorrentes da Sociedade; (c) cessão, desenvolvimento, licença, sublicença e distribuição de direito de uso de software; (d) elaboração de programas de computador; (e) suporte técnico em informática, incluindo instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (f) processamento de dados; (g) assessoria e consultoria em informática; e (h) participação em outras sociedades, como acionista ou cotista, no Brasil ou no exterior.

Em Novembro de 2013 a Sociedade foi credenciada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação como uma Autoridade Certificadora (“AC”) responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais. Como AC, a Sociedade tem a responsabilidade de:

- a) Verificar se o titular do certificado possui a chave privada que corresponde à chave pública que faz parte do certificado;
- b) Criar e assinar digitalmente o certificado do assinante. O certificado emitido pela AC representa a declaração da identidade do titular, que possui um par único de chaves (pública/privada);
- c) Emitir Listas de Certificados Revogados (“LCR”);
- d) Manter registros de suas operações sempre obedecendo às práticas definidas na Declaração de Práticas de Certificação (“DPC”); e
- e) Estabelecer e fazer cumprir, pelas Autoridades Registradoras (“Ars”) a ela vinculadas, as políticas de segurança necessárias para garantir a autenticidade da identificação realizada.

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade possui deficiência de capital circulante líquido de R\$33.411. Dentre as alternativas de curto prazo para equalização desta situação está a captação de recursos junto a terceiros com vencimento de longo prazo, e se necessário, a obtenção de recursos adicionais de acionistas.

1.1. Incorporação Equifax do Brasil Ltda

Em 31 de maio de 2011, os acionistas da Sociedade aprovaram a incorporação de parcela cindida do patrimônio líquido da Equifax do Brasil Ltda. pela Sociedade, com a emissão de ações nominativas, totalmente subscritas pela Equifax Holdings do Brasil Ltda.

Nessa operação, a Sociedade incorporou 32,96% do patrimônio líquido da Equifax do Brasil Ltda., cujo valor foi de R\$29.400, com bens, direitos e obrigações relacionados ao negócio de suporte às atividades de concessão e proteção ao crédito, que são atividades complementares àquelas desenvolvidas pela Sociedade

1.2. Aquisição de controlada - TPC Soluções em Informática Ltda.

Em janeiro de 2012, a Sociedade adquiriu a totalidade das cotas da empresa TPC - Soluções em Informática Ltda. - EPP ("TPC"), pelo valor de R\$720, com sede em Marília - SP. A TPC é uma empresa de consultoria e desenvolvimento de soluções na área de gestão empresarial integrada, estando focada no desenvolvimento e no licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis e na prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, e tem como principais clientes as associações comerciais e empresariais, fornecendo softwares de gestão de crédito para as entidades. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a pagar é de R\$536 sendo R\$134 classificado no passivo circulante e R\$402 classificado no passivo não circulante.

A alocação do preço de compra foi feita conforme a seguir:

	<u>R\$</u>
Preço de compra	720
Insuficiência de patrimônio líquido antes da valorização dos intangíveis a valor de mercado	<u>84</u>
	804
Alocação de parte do preço de compra para ativos intangíveis identificáveis:	
Carteira de clientes - com vida útil de cinco anos	(150)
Software - vida útil indefinida	<u>(70)</u>
Ágio na aquisição fundamentado em rentabilidade futura - prazo de vida útil indefinida	<u>584</u>

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, nas interpretações e nas orientações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à avaliação do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, à determinação da provisão para perdas cíveis, à determinação da vida útil dos bens do imobilizado, do imposto de renda e da contribuição social diferidos e ao “impairment” sobre o ativo imobilizado, intangível e ágio. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Sociedade não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas considerando que é uma controlada em conjunto de outras entidades, a qual, com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foi consultada e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela Sociedade. Adicionalmente, não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto nem ela está em processo de abertura de capital. A nota explicativa 8 possui as principais informações contábeis (imateriais) da investida TPC.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.5. Reconhecimento de receitas

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Os recebimentos antecipados de prestações de serviços são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no momento em que os serviços são efetivamente prestados.

2.6. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.7. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício e estão demonstrados na nota explicativa nº 4.

2.9. Contas a receber

Representadas pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por serviços prestados na área de informações de pessoas físicas e jurídicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.10. Imobilizado

Imobilizações em andamento, móveis e utensílios, veículos e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado

2.11. Intangível

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

b) Base de dados, programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

O intangível inclui gastos com aquisição de informações para a formação de base de dados e sistemas de computação, amortizáveis pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil desses ativos. É registrado quando há comprovadamente um aumento dos benefícios econômicos relacionados a esse ativo.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 7.

2.12. Combinação de negócios

A Sociedade mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação na Sociedade adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a norma IAS 12 - Impostos sobre a Renda e a norma IAS 19 - Benefícios a Empregados, respectivamente (equivalentes aos pronunciamentos técnicos CPC 32 e CPC 33, respectivamente).
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento com base em ações da adquirida ou acordos de pagamento com base em ações da Sociedade, celebrados em substituição aos acordos de pagamento com base em ações da adquirida, são mensurados de acordo com a norma IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 10 (R1)) na data de aquisição.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a norma IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor da participação adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14. Repasses a pagar

Reconhecidos quando serviços são prestados em regiões onde associações comerciais prestam serviços de consultas de crédito mediante acordo, entre as partes, de repasse de parcela da receita de serviços prestados.

2.15. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.16. Empréstimos

É reconhecido, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e é, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que o empréstimo esteja em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.17. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.18. Ativos e passivos financeiros

Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo contas a receber e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação do método da taxa de juros efetiva.

2.19. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 (R\$20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.20. Arrendamento mercantil financeiro

O arrendamento no qual a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e recompensas da propriedade é classificado como arrendamento financeiro. Este é capitalizado no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS VIGENTES EM 2013

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11	Negócios Conjuntos
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados

A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

Encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015.

- Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros

A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão preliminar é que não são esperados efeitos significativos sobre os valores reportados.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de dezembro de 2013. Entretanto, em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa	16	25
Bancos conta movimento	366	345
Aplicações financeiras (*)	<u>5.094</u>	<u>5.365</u>
Total	<u>5.476</u>	<u>5.735</u>

- (*) Representam aplicações compromissadas, remunerada a taxa de 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor e possui liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Cientes por serviços de informações prestados	60.302	58.976
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.753)	(4.499)
Outros	<u>(412)</u>	<u>(89)</u>
Total	<u>57.137</u>	<u>54.388</u>

A composição dos saldos de contas a receber, por data de vencimento, está assim apresentada:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
A vencer	55.650	52.319
Vencidos:		
Até 30 dias	1.899	2.158
De 31 a 60 dias	1.181	1.450
De 61 a 90 dias	557	855
De 91 a 120 dias	337	589
De 121 a 150 dias	272	399
De 151 a 180 dias	260	213
Acima de 181 dias	<u>146</u>	<u>993</u>
Total	<u>60.302</u>	<u>58.976</u>

A Administração determinou a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de riscos de realização de créditos vencidos há mais de 30 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.499
Constituição de provisão	3.050
Créditos baixados no exercício	<u>(4.796)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>2.753</u>

6. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	31.12.2013			31.12.2012
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	3.440	(1.456)	1.984	2.687
Máquinas e equipamentos	10	1.441	(612)	829	971
Instalações	10	77	(23)	54	62
Móveis e utensílios	10	1.428	(362)	1.066	960
Veículos	20	285	(174)	111	168
Equipamento de informática	20	13.762	(7.180)	6.582	8.155
Arrendamento de equipamentos - "mainframe"	20	21.289	(3.806)	17.483	5.260
Imobilizado em andamento	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67</u>
Total		<u>41.722</u>	<u>(13.613)</u>	<u>28.109</u>	<u>18.330</u>

As obrigações da Sociedade assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro dos equipamentos de “mainframe” estão garantidos pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados (ver nota explicativa nº11).

[página intencionalmente deixada em branco]

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Arrendamento de equipamentos - "mainframe"</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	84	482	59	709	225	7.093	4.029	5.260	17.941
Aquisições	259	87	10	361	-	3.854	2.328	1.277	8.176
Transferências para intangível	2.941	632	-	-	-	-	-	(6.470)	(2.897)
Baixas	(61)	(2)	-	-	-	(3)	-	-	(66)
Depreciações	<u>(536)</u>	<u>(228)</u>	<u>(7)</u>	<u>(110)</u>	<u>(57)</u>	<u>(2.789)</u>	<u>(1.097)</u>	-	<u>(4.824)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.687	971	62	960	168	8.155	5.260	67	18.330
Aquisições	224	96	-	237	-	1.273	14.126	(67)	15.889
Baixas	(2)	(2)	-	(3)	-	(22)	-	-	(29)
Depreciações	<u>(925)</u>	<u>(236)</u>	<u>(8)</u>	<u>(128)</u>	<u>(57)</u>	<u>(2.824)</u>	<u>(1.903)</u>	-	<u>(6.081)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>1.984</u>	<u>829</u>	<u>54</u>	<u>1.066</u>	<u>111</u>	<u>6.582</u>	<u>17.483</u>	-	<u>28.109</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

7. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	31.12.2013			31.12.2012
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Base de dados (a)	20	96.323	(77.508)	18.815	39.897
Cartórios (a)	20	197.946	(60.978)	136.968	96.959
Juntas comerciais e ações cíveis (a)	20	20.504	(6.142)	14.362	9.723
Outras informações adquiridas (a)	20	17.245	(14.203)	3.042	6.582
Marcas, direitos, patentes e outros	-	130	-	130	130
Software	20	38.051	(12.796)	25.255	18.118
Ágio em combinação de negócios (b)	-	110.182	-	110.182	110.182
Contrato vantajoso de uso de imóvel (b)	20	1.964	(1.015)	949	1.964
Intangível referente a software adquirido em combinação de negócios - TPC	-	70	(28)	42	70
Intangível referente à carteira de clientes adquirido em combinação de negócios - TPC	20	150	(60)	90	150
Intangível referente à carteira de clientes adquirido em combinação de negócios Equifax do Brasil Ltda. (b)	10	25.129	(6.492)	18.637	21.150
Intangível em andamento		<u>2.273</u>	<u>-</u>	<u>2.273</u>	<u>1.356</u>
Total		<u>509.967</u>	<u>(179.222)</u>	<u>330.745</u>	<u>306.281</u>

(a) Referem-se a aquisições de informações para incremento e desenvolvimento de bancos de dados utilizados nas consultas dos serviços prestados pela Sociedade e que são capitalizados e amortizados dentro do período correspondente à utilização dessas informações. A base de mensuração da amortização é fundamentada no prazo legal de exibição das informações, de cinco anos, conforme o parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei nº 8.078 do Código de Defesa do Consumidor, de 11 de setembro de 1990.

(b) Vide notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

[página intencionalmente deixada em branco]

As movimentações do intangível são como segue:

	Informações adquiridas					Software	Ágio em combinação de negócios (b)	Contrato vantajoso de uso de imóvel (b)	Intangível identificado em combinação de negócios (a)	Intangível em andamento	Total
	Base de dados	Cartórios (a)	Juntas comerciais e ações cíveis	Outras informações adquiridas	Marcas, direitos, patentes e outros						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	66.476	47.409	5.060	11.428	117	11.952	112.146	-	23.662	-	278.250
Aquisição	-	69.366	6.616	-	-	4.041	-	-	-	5.394	85.417
Transferências do imobilizado	-	-	-	-	-	2.897	-	-	-	-	2.897
Intangível referente a contrato vantajoso de uso de imóveis	-	-	-	-	-	-	(1.964)	1.964	-	-	-
Intangível referente à carteira adquirido em combinação de negócios - TPC	-	-	-	-	-	-	-	-	220	-	220
Baixas	-	-	-	-	(9)	(116)	-	-	-	-	(125)
Amortizações	<u>(26.579)</u>	<u>(19.816)</u>	<u>(1.953)</u>	<u>(4.846)</u>	<u>22</u>	<u>(656)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.512)</u>	<u>(4.038)</u>	<u>(60.378)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	39.897	96.959	9.723	6.582	130	18.118	110.182	1.964	21.370	1.356	306.281
Aquisição	-	73.502	8.088	242	-	13.200	-	-	-	917	95.949
Baixas	-	(177)	(70)	-	-	-	-	-	-	-	(247)
Amortizações	<u>(21.082)</u>	<u>(33.316)</u>	<u>(3.379)</u>	<u>(3.782)</u>	<u>-</u>	<u>(6.063)</u>	<u>-</u>	<u>(1.015)</u>	<u>(2.601)</u>	<u>-</u>	<u>(71.238)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>18.815</u>	<u>136.968</u>	<u>14.362</u>	<u>3.042</u>	<u>130</u>	<u>25.255</u>	<u>110.182</u>	<u>949</u>	<u>18.769</u>	<u>2.273</u>	<u>330.745</u>

(a) Refere-se à aquisição de registros de protestos de pessoas físicas e jurídicas e registros de baixas de protestos para atualização da base de dados.

(b) Vide notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

[página intencionalmente deixada em branco]

8. INVESTIMENTOS

	Valores da investida 31.12.2013		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
	TPC	137	(28)	100%	100%	137	165	(28)
Ágio - TPC (*)					<u>584</u>	<u>584</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total					<u>721</u>	<u>749</u>	<u>(28)</u>	<u>(6)</u>

(*)- vide nota explicativa nº 1.2

As informações financeiras resumidas relativas à TPC estão apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Total do ativo	180	264
Total do passivo	43	99
Capital circulante líquido	(35)	(69)
Prejuízo do exercício	(28)	(6)

9. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$28.633 (R\$21.762 em 31 de dezembro de 2012), refere-se à aquisição de serviços relacionados às atividades normais da Sociedade, tais como aquisição de bens, serviços de postagem de correspondências, manutenção de software e hardware e consultorias diversas, entre outros.

10. EMPRÉSTIMOS

<u>Instituição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.12.13</u>
Banco Bradesco S.A.	R\$	CDI+1,7 a.a.	19/03/14	10.027
Banco Itaú Unibanco S.A.	R\$	CDI+1,7 a.a.	22/03/14	<u>10.115</u>
Total				<u>20.142</u>

Os empréstimos são para financiamento de capital de giro e não possuem “covenants” financeiros.

11. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante	3.802	1.696
Não circulante	<u>9.334</u>	<u>710</u>
Total	<u>13.136</u>	<u>2.406</u>

A Sociedade é arrendatária em contrato de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de processamento de dados, com opção de compra e prazo de 56 meses, sem aluguéis contingentes nem restrições impostas.

O valor contábil líquido desses bens é de R\$17.483 em 31 de dezembro de 2013 (R\$5.260 em 31 de dezembro de 2012).

As taxas de juros para todas as obrigações assumidas por meio de arrendamentos financeiros são fixadas nas respectivas datas dos contratos e variam entre 0,82% a 1,13% ao ano para 2013 e 2012.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	31.12.2013			31.12.2012
	Pagamentos futuros mínimos	Juros (encargos a apropriar)	Valor presente dos pagamentos mínimos	Total
Circulante - até 1 ano	4.699	(897)	3.802	1.696
Não circulante - de 2 a 5 anos	<u>11.840</u>	<u>(2.506)</u>	<u>9.334</u>	<u>710</u>
Total	<u>16.539</u>	<u>(3.403)</u>	<u>13.136</u>	<u>2.406</u>

As obrigações por ano de vencimento classificadas no passivo não circulante estão demonstradas a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
2014	-	710
2015	3.027	-
2016	3.027	-
2017	3.027	-
2018	<u>253</u>	<u>-</u>
Total	<u>9.334</u>	<u>710</u>

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Provisão para férias e encargos sobre férias	9.736	8.693
Programa de Participação nos Resultados - PPR	8.257	10.382
Encargos sociais	2.543	2.193
Outros	<u>679</u>	<u>579</u>
Total	<u>21.215</u>	<u>21.847</u>

13. PARTES RELACIONADAS

	31.12.2013			31.12.2012		
	Ativo	Passivo	Despesas	Ativo	Passivo	Despesas
Associação Comercial de São Paulo - ACSP:						
Reembolso de despesas:						
Perdas cíveis (a)	<u>1.740</u>	-	-	<u>436</u>	-	-
	<u>1.740</u>	-	-	<u>436</u>	-	-
Compromissos a pagar:						
Comunicação, eletricidade, água e despesas prediais (b)	-	2.420	1.020	-	1.400	1.400
Banco de dados adquirido (c)	-	2.796	-	-	4.194	-
Contrato de Mútuo (d)	-	<u>10.770</u>	<u>1.065</u>	-	<u>1.103</u>	-
	-	<u>15.986</u>	<u>2.085</u>	-	<u>6.697</u>	<u>1.400</u>
Total	<u>1.740</u>	<u>15.986</u>	<u>2.085</u>	<u>436</u>	<u>6.697</u>	<u>1.400</u>
Parcela circulante	<u>1.740</u>	<u>14.588</u>	-	<u>436</u>	<u>3.901</u>	-
Parcela não circulante	-	<u>1.398</u>	-	-	<u>2.796</u>	-

As transações com partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com partes não relacionadas.

- (a) Referem-se a perdas cíveis provenientes do negócio do Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC anteriores a 1º de novembro de 2010, que são de responsabilidade da ACSP e que serão reembolsados.
- (b) Referem-se ao rateio de despesas gerais de ocupação dos andares em que a Sociedade se encontra, cujas instalações pertencem à ACSP.
- (c) Refere-se à aquisição de banco de dados da ACSP, cujos pagamentos se iniciaram em 2012.
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo no valor de R\$15.000 firmado entre as partes em Março de 2013 para pagamento em 12 parcelas com início em setembro de 2013, com encargos financeiros calculados pela variação do CDI acrescido de 1,4% ao ano.

13.1. Contratos de comodato

- a) Em 1º de março de 2012, foi assinado contrato de comodato entre a Associação Comercial de São Paulo - ACSP (“Comodante”) e a Sociedade (“Comodatária”), em que a Comodante gratuitamente empresta o edifício situado na Rua Boa Vista, 51, Centro, São Paulo - SP, do 1º ao 5º andar e do subsolo ao 2º andar. O prazo do presente contrato é de três anos, a contar de 1º de novembro de 2010, prorrogado por até mais três anos.
- b) Em 31 de maio de 2011, foi assinado contrato de comodato entre a Equifax do Brasil Ltda. (“Comodante”) e a Sociedade (“Comodatária”), em que a Comodante dá em comodato o edifício situado na Rua Teixeira da Silva, 217, Bela Vista, São Paulo - SP. O prazo do presente contrato é de cinco anos, a contar de 31 de maio de 2011.

13.2. Remuneração dos Administradores

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO foi definida a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e diretores da Sociedade para o exercício de 2013 em R\$ 5.794 (R\$5.024 para o exercício de 2012).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Salários e ordenados	4.496	4.716
Plano de previdência privada	<u>202</u>	<u>202</u>
Total	<u>4.698</u>	<u>4.918</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade está envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para eventuais perdas decorrentes desses processos é estimada pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos em decorrência desses processos.

Por meio do histórico de processos encerrados, foram apurados os percentuais de procedência, procedência em parte e improcedência dos processos do Juizado Especial e da Justiça Comum e foi calculado o valor médio pago nos processos procedentes e procedentes em parte. A provisão apurada é o resultado da estimativa de processos que representam a perda provável da carteira.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.211	-	1.211
Adições	7.965	631	8.596
Pagamentos	<u>(1.976)</u>	<u>(54)</u>	<u>(2.030)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>7.200</u>	<u>577</u>	<u>7.777</u>

O crescimento no volume de ações cíveis é decorrente de processos levantados contra a Sociedade no Estado do Rio Grande do Sul requerendo indenizações por danos morais em face da existência de “score” de seus clientes. “Score” é uma ferramenta estatística que auxilia na análise e concessão do crédito.

A Sociedade está envolvida em outros processos judiciais de natureza cível e trabalhista no montante de R\$2.962 (R\$650 em 31 de dezembro de 2012), cuja estimativa de perda foi considerada possível na opinião de seus consultores jurídicos e, portanto, não foram provisionados em 31 de dezembro de 2013.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social, no montante de R\$142.127, é representado por 117.648 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Nos termos do artigo 6º do Estatuto Social, a Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio de emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, até o limite de 320.000 ações. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive a espécie de ação, o preço e o prazo de integralização. Dentro do limite de capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Sociedade poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração e do Comitê Executivo, outorgar planos de opção para compra ou subscrição de ações a seus administradores e funcionários, sem direito de preferência aos acionistas, desde que tais planos não resultem, no agregado, na emissão de ações que representem mais que 10% do capital social da Sociedade.

A composição do capital social é conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Associação Comercial de São Paulo - ACSP	51,44%	51,44%
Bureau de Crédito do Brasil Participações S.A.	29,75%	29,75%
Equifax Holdings do Brasil Ltda.	15,00%	15,00%
Associação Comercial do Paraná, Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre	<u>3,81%</u>	<u>3,81%</u>
Total	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

c) Reservas de capital

Reserva de bônus de subscrição

Em 31 de maio de 2011, foi emitido bônus de subscrição, aprovado pelos acionistas na AGE na mesma data, subscrito e integralizado pela Equifax Funding LLC (“Beneficiária”), pelo valor de R\$1, que assegura à Beneficiária o direito de subscrever quantas ações preferenciais possam ser subscritas e integralizadas por ela, por meio da conversão em capital do principal, e/ou dos juros e/ou de outras quantias quaisquer devidas nos termos do contrato de empréstimo conversível celebrado entre a Sociedade e a Beneficiária, limitadas a 320.000 ações preferenciais, por um período de cinco anos.

Ágio e reconhecimento dos valores justos no processo de aquisição e combinação de negócios da Equifax do Brasil Ltda.

O total de R\$136.330 inclui a diferença de R\$8.080 entre o valor do patrimônio líquido contábil incorporado a valor contábil e o valor do aumento de capital e o ágio e os valores justos no processo de aquisição e combinação de negócios da Equifax do Brasil Ltda., no montante de R\$128.250.

O valor de aquisição de R\$157.650, deduzido do patrimônio líquido incorporado de R\$29.400, totalizou R\$128.250.

d) Reservas de lucros retidos

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Retenção de lucros

Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica “Retenção de lucros” à disposição da Assembleia Geral, para sua destinação.

O prejuízo de 2013 foi compensado com esta reserva.

e) Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O dividendo mínimo proposto é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(11.276)	20.308
Reserva legal - 5%	<u>-</u>	<u>(1.015)</u>
	(11.276)	19.293
Lucro líquido (prejuízo) considerado para fins de dividendos	-	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>-</u>	<u>(4.823)</u>
Transferência para (compensação com) reserva de lucros retidos	(11.276)	14.470
Estorno de dividendo mínimo obrigatório (*)	<u>4.823</u>	<u>958</u>

(*) Conforme AGO e AGE realizadas em 14 de maio de 2013 foi deliberado que o lucro remanescente de 2012, atribuível aos acionistas através da distribuição de dividendos, foi integralmente retido para realização de investimentos especificados em orçamento de capital.

16. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Diferenças temporárias - provisões diversas (i)	32.358	25.549
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	16.494	-
Arrendamento mercantil financeiro	3.806	(1.515)
Crédito tributário na aquisição (ii)	<u>-</u>	<u>9.635</u>
Base de cálculo	52.658	33.669
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos	17.904	11.448
Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos (iii)	<u>(8.628)</u>	<u>(6.679)</u>
Ativo diferido líquido	<u>9.276</u>	<u>4.769</u>

- (i) Referem-se a provisões para comunicação, eletricidade, água, despesas prediais, PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, serviços prestados, repasses, encargos trabalhistas e benefícios a funcionários.
- (ii) Refere-se a 34% do ágio anteriormente existente na Equifax do Brasil Ltda., classificado na Sociedade como “Impostos diferidos ativos” (após provisão de 66% realizada na incorporada, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 349/00), sendo esse valor recuperável como redutor de pagamentos futuros de imposto de renda e contribuição social.
- (iii) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre os ativos intangíveis identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Equifax do Brasil Ltda.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Sociedade, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31.12.2013</u>
2014	2.856
2015	<u>2.752</u>
Total	<u>5.608</u>

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.782)	30.792
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a alíquota vigente	5.366	(10.469)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Resultado de eventos da incorporação da Equifax do Brasil Ltda.	(711)	-
Outras adições e exclusões permanentes	<u>(149)</u>	<u>(15)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>4.506</u>	<u>(10.484)</u>
Correntes	-	(9.369)
Diferidos	<u>4.506</u>	<u>(1.115)</u>
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>4.506</u>	<u>(10.484)</u>

c) Medida Provisória nº 627

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Administração da Sociedade não espera efeitos significativos pela sua adoção.

17. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita bruta de serviços (a)	492.711	474.982
Descontos comerciais e cancelamentos de faturamentos	(8.045)	(3.518)
Repasses (b)	(3.217)	(13.845)
Impostos sobre serviços - PIS, COFINS e ISSQN	<u>(69.155)</u>	<u>(67.064)</u>
Total	<u>412.294</u>	<u>390.555</u>

(a) Os principais serviços prestados são produtos, cartas e consultas para suporte às atividades creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas, e desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral.

(b) Referem-se a serviços prestados em regiões onde associações comerciais prestam serviços de consultas de crédito mediante acordo, entre as partes, de repasse de parcela da receita de serviços prestados. Em 2013 os contratos com as associações comerciais foram migrados para o formato de comissionamento com percentual fixo sendo atualmente contabilizados como despesas de venda.

18. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Impressão e postagem de avisos	(84.272)	(75.028)
Base de dados	(6.989)	(8.396)
Amortizações	(71.238)	(60.378)
Depreciações	(6.081)	(4.824)
Despesas com pessoal	(127.476)	(121.551)
Serviços de terceiros	(36.679)	(35.318)
Serviços de terceiros- honorários advocatícios	(13.619)	(5.552)
Despesas comerciais	(2.805)	(710)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.050)	(4.454)
Viagens e congressos	(4.222)	(3.716)
Despesas prediais	(8.281)	(9.191)
Despesas com vendas	(29.340)	(10.964)
Despesas com manutenção	(18.590)	(11.981)
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(8.596)	(435)
Despesas de comunicações	(2.937)	(6.580)
Outros custos e despesas	(49)	(152)
Total	<u>(424.224)</u>	<u>(359.230)</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(168.013)	(143.801)
Despesas de despesas operacionais	<u>(256.211)</u>	<u>(215.429)</u>
Total	<u>(424.224)</u>	<u>(359.230)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receitas financeiras:		
Juros e multas	416	405
Rendimentos sobre aplicações	<u>471</u>	<u>544</u>
	<u>887</u>	<u>949</u>
Despesas financeiras:		
Juros e multas passivos	(3.774)	(851)
Com arrendamento mercantil	(671)	(403)
Encargos financeiros sobre empréstimo - conta garantida	<u>(294)</u>	<u>(228)</u>
	<u>(4.739)</u>	<u>(1.482)</u>
Total	<u>(3.852)</u>	<u>(533)</u>

20. LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

a) Básico

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Sociedade e utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação	<u>(11.276)</u>	<u>20.308</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro líquido básico por ação	<u>117.648</u>	<u>117.648</u>
Lucro líquido (Prejuízo) básico por ação - R\$	<u>(95,85)</u>	<u>172,62</u>

b) Diluído

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro diluído por ação é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro (prejuízo) utilizado na apuração do lucro diluído por ação	<u>(11.276)</u>	<u>20.308</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação	117.648	117.648
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações	<u>772</u>	<u>755</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>118.420</u>	<u>118.403</u>
Lucro líquido (Prejuízo) por ação diluído - R\$	<u>(95,22)</u>	<u>171,52</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade possui instrumentos financeiros cujos valores de mercado das operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras, tendo em vista sua natureza de curto prazo, sendo eles aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais, saldos com partes relacionadas, arrendamento financeiro e fornecedores.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Os principais riscos são os seguintes:

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. A Administração da Sociedade monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante análise de crédito dos clientes e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos, em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Sociedade.

c) Risco da taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita aos ganhos ou às perdas de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca manter seus ativos e passivos financeiros com os mesmos indexadores.

22. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de 1º de novembro de 2011. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. As despesas com benefícios de contribuição definida foram de R\$2.005 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.860 em 31 de dezembro de 2012).

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$81.012 (R\$83.115 em 31 de dezembro de 2012), para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens.

24. PLANO DE OPÇÃO COM BASE EM AÇÕES

Por meio de AGE realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado um plano de opção de compra de ações da Sociedade, por meio do qual foi outorgada aos administradores, e funcionários em posição de comando (beneficiários) a possibilidade de aquisição de ações da Sociedade, observadas determinadas condições (“Plano de Opção”).

O Plano de Opção, que é administrado pelo Comitê Executivo da Sociedade, objetiva estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Sociedade.

As ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção não excederão 10% do capital social total da Sociedade, desde que o número de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Sociedade.

O preço de exercício das opções é o valor justo de mercado das ações a serem adquiridas, conforme determinado pelo Comitê Executivo da Sociedade, e a metodologia utilizada para determinar o valor presente (da perspectiva de “trader” da opção), associado ao direito de adquirir uma ação a um preço prefixado durante um período preestabelecido, é a Black-Scholes-Merton, que considera a volatilidade das ações; a taxa livre de risco e a taxa de dividendos permanecem constantes ao longo do tempo.

Características do Plano de Opção:

- Concessão - início em 2012, antes do evento de liquidez.
- Preço do exercício - R\$ 8.800,00 corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- Elegíveis - principais executivos e pessoas chave.
- Total de ações do plano = 5.148.

Período de “vesting”:

- 1º ano Aquisição de 5% dos direitos
- 2º ano Aquisição de 10% dos direitos
- 3º ano Aquisição de 15% dos direitos
- 4º ano Aquisição de 20% dos direitos
- 5º ano Aquisição de 25% dos direitos
- 6º ano Aquisição de 25% dos direitos

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Aquisição de intangíveis e imobilizado por arrendamento financeiro a pagar ou a pagar	10.729	2.513
Aquisição de investimento	-	683

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 26 de março de 2014.
